

Geraldo J. A. Coelho Dias, OSB

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano: uma relíquia da Idade Média no Porto moderno

Resumo

A celebração dos 125 anos da consagração da Igreja de Ss. Crispim e Crispiniano (1878) deu lugar, no dia 27 de Julho de 2003, a comemorações histórico-litúrgicas, que pretenderam recordar a trajectória da respectiva Confraria e seu Hospital dos Palmeiros. Sublinha-se a importância dos mesteiros no Porto Medieval e, ao mesmo tempo, desta Confraria que agrupava os trabalhadores de calçado (sapateiros e tamanqueiros). A sua instituição fez-se na Baixa do Porto, junto à antiga Ponte de S. Domingos, onde lhe doaram terreno para Capela e Hospital de irmãos e de hospício para peregrinos de Santiago de Compostela, entre os anos 1224/1307. Com a abertura da Rua de Mouzinho da Silveira, muitas casas foram demolidas e esta instituição, que tinha sido nobilitada com Brasão de Armas pela rainha D. Maria I (1785), para subsistir e guardar o seu precioso arquivo, teve de se transferir para outro sítio junto à Praça da Rainha D. Amélia. É toda essa história que o autor quis recordar.

Abstract

On the 125th anniversary of the Church dedicated to Sts. Crispin and Crispinian (1878), on the 27th July 2003, different events took place commemorating the historical and religious trajectory of this Fraternity and Hospital of Palmeiros. In this study the author underlines the importance of the Porto's craftsmen during the medieval period, particularly the significant role played by this guild of shoemakers. The Chapel and Hospital built for Fraternity's brethren and for the pilgrims on route to Santiago was founded between 1224 and 1307 in downtown Porto, near the Bridge of St. Dominic. When a new street, later named Mouzinho da Silveira, was being built, many buildings were demolished and the institution, which in 1785 had been granted a coat of arms by Queen D. Maria I, was forced to move to other premises to preserve its valuable archive. This study recalls that historical period.

Regozijou-se a Irmandade de S. Crispim e Crispiniano com o seu Coro de S. Bento o tom de festa no dia 27 de Julho de 2003. Celebravam-se os 125 anos

(1878-2003) da mudança ou transferência da Capela e respectiva Irmandade lá de baixo, na actual Rua de Mouzinho da Silveira, para este lugar da alta portuense em que estamos e a dita instituição se conserva. Na verdade, esta antiquíssima Irmandade da cidade do Porto é uma das poucas instituições medievais, que ainda se mantêm vivas e cheias de energia, toda ela pujante de iniciativa e entusiasmo, como hoje e aqui se vê. Por isso, nos alegamos e, ao ritmo de a “Palavra e os sons”, queremos recordar com santa alegria a longa trajectória da sua história plurissecular. Da minha parte, com todo o gosto e satisfação, empresto a minha débil palavra para, nesta sessão solene, exaltar a efeméride, congratular-me com a mesa de administração a que preside o Sr. Ângelo Carneiro, que à instituição favorece o melhor da sua dedicação e generosidade, acompanhado de mesários, igualmente dedicados. Ao mesmo tempo, não posso deixar de saudar e dar graças a Deus pela vida do Reverendo Padre Heitor Carvalho Vieira Pinto, benemérito e solícito Reitor desta Igreja, a quem, de modo muito sentido, quero apresentar votos de saúde e bem-estar pela passagem recente das suas Bodas de Ouro Sacerdotais (2/VIII/1953).

Quanto ao conteúdo da minha comunicação sobre a Confraria ou Irmandade de S. Crispim e Crispiniano, que foi há pouco tema duma tese de mestrado na Faculdade de Letras, da qual eu próprio fui arguente¹, e objecto duma recentíssima publicação do amigo e conhecedor jornalista Germano Silva², com certeza não trarei nada de novo, embora queira e possa realçar alguns dados. Antes de mais, sublinharei a conveniência de ter presente a situação topográfica do Porto em que a Irmandade nasceu em plena Idade Média e a comemoração da inauguração da nova igreja em 1878, praticamente na Idade Moderna. Isso levar-me-á a explicar o que era o Porto Medieval e porque é que a Capela foi transferida da baixa portuense para o lugar actual. Por outro lado, tentarei explicar o que eram as Irmandades medievais e qual a importância da de S. Crispim e Crispiniano. Deixarei de lado muitos aspectos institucionais, os estatutos e compromisso com a orgânica e administração da Irmandade, os seus bens e a riqueza do seu arquivo com pergaminhos e precioso códice do Compromisso, particularmente bem conservado e ordenado pelo Senhor Reitor, do qual a Dr^a Maria José Magalhães de Castello-Branco fez relatório para o Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras do Porto (2002), arquivo infelizmente pouco conhecido e menos frequentado pelos historiadores da Cidade.

¹ OLIVEIRA, Maria Helena Mendes da Rocha – *A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital na Idade Média*, Porto, Faculdade de Letras, Mestrado em História Medieval, 2001 (Policopiado). Esta tese de Mestrado em História Medieval na Faculdade de Letras do Porto foi dirigida pelo Professor Doutor José Marques. Eis porque lhe quisemos dedicar este texto resultante da Conferência, que proferimos a 11/X/2003 na Igreja da Confraria.

² SILVA, Germano – *A história de uma mudança. Irmandade de S. Crispim e Crispiniano*, Porto, Edição da Irmandade, 2003.

I. O Porto Medieval e os Mesteirais

Em rápida visão topográfica, digamos que o Porto dos inícios da Idade Média era apenas e tão só o chamado morro da Sé, lugar alto, ventoso, áspero e granítico, um cerro que servia de miradouro sobre o rio Douro e castelo de defesa a proteger a passagem do rio Douro numa margem para a outra, isto é, o *Portus* do rio para *Cale*. Lá no alto da Pena Ventosa, como se lhe chamará mais tarde, após a presúria de Vímara Peres (868) e a reconquista cristã, estabeleceriam os Condes de “*Portucale*” a igreja da Sé, que Dona Teresa outorgou, com foral de 1220, ao bispo D. Hugo, fazendo do Burgo um couto³, ou seja uma terra senhorial, imune à entrada de funcionários régios, dispensando os seus moradores da hoste e do fossado, do foro e de toda a peita. Por força da doação régia, o bispo do Porto era e foi senhor tenente da Cidade Episcopal até ao acordo de cedência entre o Bispo Dom Gil Alma⁴ e o rei D. João I, em 13/II/1405. Só então, pagando o rei ao bispo a quantia de 3000 libras da moeda antiga ou 30000 da moeda corrente, sempre actualizáveis, o Porto deixou de ser cidade senhorial eclesiástica, cidade episcopal, para se tornar cidade real, o Burgo. Era lá, no espaço apertado à volta do morro, cercado no cocuruto pela impropriamente dita muralha suévica, que se apinhava a população numa espécie de caravançaraí, onde cabiam os cristãos em maioria, mas também os judeus comerciantes e algibebe, que o povo cristão acusava de onzeneiros, e até muçulmanos tolerados e usados como servos ou escravos. A população das cidades medievais era muito mais convivente e tolerante do que aquilo que a actual distinção étnica e religiosa deixa perceber. Quase no alto do morro da Sé (a Cividade), havia várias ruelas, depois chamadas Rua das Aldas, Rua de S. Sebastião, Rua Escura, Viela do Anjo e, em ligação com as de lá de cima, mas em curva bem marcada, descia depois, íngreme, a Rua dos Mercadores, que se estendia até à Ribeira, onde barcos e carros de bois descarregavam gente e mercadorias, e se possibilitava a passagem de barco para o outro lado de Gaia.

³ CUNHA, D. Rodrigo da – *Catálogo dos Bispos do Porto*, Edição de António Cerqueira Pinto, 1742; OLIVEIRA, Pe. Miguel de – *O Senhorio da Cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, “Lusitania Sacra”, IV, 1950, 29-60; *Foral dado ao Porto por D. Hugo; e doações que lhe fez a Sra^a D. Tereza e seu Filho (...) e Confirmações posteriores da mesma*. Tudo ordenado, traduzido anotado, e oferecido aos habitantes do Porto, Porto, 1822. Cfr. *História da Cidade do Porto*, I, Barcelos, Portucalense Editora, 1962; *História do Porto* (Direcção de L. A. Oliveira Ramos), Porto, Portucalense Editora, 1994 (3ª ed. 2001); SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, 2 vols., Porto, Arquivo Histórico/Câmara Municipal, 1988.

⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Livro Grande*, fl. 52 2 vs^o; *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium(...): Estormento feito antre EllRei e o Bispo do Porto sobre a Jurdiçom*, I, 1, Porto, 1899, 136-137; Arquivo Distrital do Porto – *Cartório do Cabido, Livro dos Originaes*, XV, fls. 5; XXIX, fls. 6; FERREIRA, Mons. José Augusto – *Memórias archeológico-históricas da Cidade do Porto (Fastos Episcopales e Políticos)*. Séc. I – Séc. VI, I, Braga, Cruz & Comp^a Editores, 1924; RIOS, José Amador de los – *Historia social, política y religiosa de los judios de España y Portugal*, Reimpresão, Madrid, Aguilar, 1973.

Pequeno espaço aquele, como se vê, quase um ninho de águias, a coroar uma colina de cansativa subida, ao cimo da qual, o senhor bispo tinha a sua sede, os homens bons a sua casa da “rolação” e os mercadores e mesterais exerciam as suas profissões, pagando ao bispado as indispensáveis e sempre exigidas rendas. Bem de pressa, porém, a população teve de se estabelecer nas arribas que desciam para o rio e na parte que, em socalcos escalonados e por entre azinhagas, derivava para o vale do Rio da Vila, um pequeno regato que, hoje, corre encanado sob a Rua Mouzinho da Silveira. O comércio régio de carga e descarga desenvolvia-se na margem esquerda do rio Douro, onde o rei tinha, como os documentos atestam, a “mea villa de Gaya”.

Eis, em termos breves, a imagem do actual Bairro da Sé, única paróquia então existente. Porque o senhor Bispo ocupava a parte alta, foi, pois, nos baixos da colina, à volta do Rio da Vila, que se estabeleceu o extracto mais activo da população, o dos artesãos, organizando-se em Irmandades/Confrarias ou associações de tipo religioso e mesteiral.

Neste diminuto espaço urbano conviviam, portanto, os habitantes do Porto medieval, cristãos, sobretudo cavaleiros, mercadores, mesterais ou artesãos, com suas famílias, gente de religião cristã e respectivas igrejas, mas também judeus, comerciantes e algibebeles, a procurarem lugar de assento para as suas oficinas ou de venda para os seus artefactos, acondicionando-se numa rua tipo “ghetto” sem abdicar da sua sinagoga para o culto de Javé. Dado o seu pendor comercial, os judeus procuravam sempre habitar dentro dos muros das cidades, tanto quanto possível próximos da rua principal, a rua direita, no caso da dos Mercadores, bem torta, aliás, por onde passavam os viandantes e mais se activava o negócio. Só no séc. XIV, ao construir-se a impropriamente chamada Muralha Fernandina, a cerca nova, é que a cidade se estendeu para o morro ocidental, que veio a chamar-se da Vitória, após a expulsão dos Judeus (5/XII/1496), e para onde começou a aumentar e a transbordar a população. As guerras com a Espanha em tempo de D. Fernando levaram ao acabamento da Muralha Fernandina começada por D. Afonso IV e, assim, o espaço do Porto alargou-se aos dois morros da Sé e do Olival ou da Vitória, sendo este, porque ainda pouco povoado, o espaço mais adequado para novas habitações. Foi ali, que, de facto, os judeus se foram estabelecer em tempo de D. João I, quando das guerras com Castela, após a crise de 1383-1385.

Voltando ao século XIII, digamos, porém, que, no apertado espaço do morro da Sé até à baixa ribeirinha, a população activa se organizava por Confrarias ou Irmandades, que abrangiam os homens dos ofícios mecânicos, e de que, ainda hoje, subsistem resíduos, sobretudo nos nomes das ruas: Mercadores, Sapateiros, Caldeireiros, Ferraria, Pelames.

II. As ordens sociais da Idade Média e o papel das Irmandades

A sociedade medieval obedecia a uma distribuição orgânica trifuncional. Era uma sociedade de ordens, bem demarcada: os “*oratores*” (clérigos e religiosos que tinham por vocação rezar e ser mediadores junto de Deus), os “*bellatores*” (cavaleiros e guerreiros, que tinham por função combater e defender a cidade e sua população) e os “*laboratores*” (artesãos e rurais, que tinham por obrigação trabalhar para sustentar os outros). Esta tão antiga ordenação social, que se descobre já na civilização indo-europeia, foi abençoada e quase sacralizada na Idade Média pelo bispo D. Adalberto de Laon, em França:

*“Como seres criados, os homens são todos iguais
E única é a Casa de Deus sob uma única Lei.
Uma só é a fé, embora seja tríplice a ordem dos homens.
A lei dos homens distingue duas condições diversas,
Porque servo e senhor não têm a mesma lei.
Entre os nobres, governam uns e reinam outros
E sólido é o reino sob o seu comando.
Outros ainda não estão postos sob o poder de outros
Se evitam os delitos proibidos pelo rei:
Há os guerreiros, que protegem a Igreja,
E todos defendem pobres e ricos;
Com igual firmeza defendem-se a si mesmos.
Outro estado é o dos servos,
Que é mundo de dores, que nada possui sem fadiga:
Na verdade, quem poderá contar num ábaco
Trabalhos, fadigas, mal estar dos servos?
Das mãos dos servos para todos provêm riquezas e tecidos;
Nenhum homem livre poderia viver sem eles,
Porque, quando a fadiga se impõe e se deseja o luxo e o dinheiro,
Pontífices e reis tornam-se servos dos servos.
Do servo, que sustenta, recebe o senhor alimento,
E não têm fim as lágrimas e os lamentos dos servos.
Tríplice é, pois, a casa de Deus. Única é ela diante da fé,
Porque oram uns, combatem outros e muitos, enfim, se cansam:
Solidários entre si, têm tarefas inseparáveis.
E com mútua ajuda auxíliam um aos outros dois
E todos se dão recíproco apoio.
Único e trino é, portanto, o vínculo que existe entre eles”⁵.*

Para defender os seus interesses, manter os seus direitos e não ser subjugada, naturalmente, a ordem dos “*laboratores*” teve de se agrupar, porque a força concentrada é o segredo da resistência e da sobrevivência. Todavia, porque se tratava de gente cristã e muito crente, contavam também com a protecção de santos

⁵ ADALBERÃO de LAON – *Carmen ad Robertum regem*, vv. 275-294, “PL”, 141, 782. É um poema de 434 versos, espécie de sátira política, que segue Gerardo de Cambrai – *Gesta dos Bispos de Cambrai*, in “*Monumenta Germaniae Historica*”, 486, “*Gesta*”, III, 52. Cfr. DUBY, Georges – *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982 (Imprensa Universitária, 22); PICASCIA, M.-L. – *La società trinitaria: una immagine medievale*, Bolonha, 1980.

padroeiros, para lhes dar maiores possibilidades. Dessa convicção e dessa necessidade de sobrevivência, um pouco por toda a parte, vão nascer as Confrarias ou Irmandades de mesterais. Assim foi também no Porto medieval e a história conhece e regista várias dessas associações religioso-sociais, como referem os historiadores da nossa cidade⁶. Note-se que os termos Confraria ou Irmandade são sinónimos e indicam uma tipologia de associações que se classificava segundo critérios de funcionalidade, distinguindo Irmandades caritativas, devocionais, penitenciais e de ofícios. Estas últimas é que agrupavam os mesterais.

Mesterais chamavam-se na Idade Média os homens adstritos a um mester ou ofício mecânico ou industrial: albardeiros, alfaiates, caldeireiros, carpinteiros, cordoeiros, ferreiros, ourives, sapateiros, tanoeiros e até almocreves e barbeiros. A multiplicação dos mesterais derivava da importância da cidade ou vila e da capacidade de produção e venda dos mesterais. Em geral, arruavam-se, isto é, agrupavam-se por rua afim de melhor se ajudarem, defenderem e atraírem clientes. A organização dos mesterais impunha regras e exames adequados para uma classificação valorativa na profissão. Nos finais do século XIV começaram a ter peso na vida pública e é sabido como em Lisboa, desde 1384, tiveram representação oficial em reuniões da Câmara. De facto, D. João I ordenara que vinte e quatro homens, dois de cada mester, “tivessem carrego de estar na Câmara”⁷. Após a revolução que levava à independência de Castela, esta era, para D. João I, uma forma de controlar os homens bons de Lisboa.

No Porto, de há muito, os mesterais “podiam assistir aas sessões da câmara soamente por olheiros, pera verem se os Vereadores ao darem voz o faziam bem ou mal”. Desde 1368, porém, tinham assento oficial na Câmara quando se tratava de resolver assuntos seus, como se vê duma sessão de 10/VII/1368 em que participaram alfaiates, armeiros, curtidores, ourives, sapateiros; mas a participação com voto, o “cobrar voz”, só aconteceu a partir de 1460 e contando sempre com uma visível oposição dos burgueses aos mesteres “que sô hordenados pera vyrem aa rolação”, como diz um documento portuense de 24/VIII/1475. Surgiram, assim, os procuradores dos mesteres, que deliberavam com a vereação nas câmaras das cidades e vilas, e os eleitores da Casa dos Vinte e Quatro, que tanto medo iam causar na Câmara, segundo documento de 1490⁸ e outro de 1/I/1518. Os mesterais do Porto⁹ constituíam, fundamentalmente, um grupo de classe, de profissões, abrangendo até profissões congêneres, e não propria-

⁶ *História da Cidade do Porto*, 3 vol., Porto, Portucalense Editora, 1962/64/65; *História do Porto* (Direcção de Luís A de Oliveira Ramos), Porto, Porto Editora, 1994 (3ª ed. 2000).

⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Cfr. CAETANO, Marcello – *A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa*, prefácio à obra de LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.

⁸ Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Livro 6º de Pergaminhos*, Documentos 31-38.

⁹ SOARES, Torquato de Sousa – *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, Livraria Civilização, 1935.

mente um grupo sociológico¹⁰. As “Ordenações Afonsinas” (tempo de D. Afonso V, meados do século XV) já se referem a “mesterais e oficiais”; foi, todavia, Duarte Nunes de Leão, em 1590, quem fez a compilação dos regimentos ou regulamentos das diversas actividades profissionais¹¹.

Como a sociedade medieval era substancialmente constituída por homens cristãos, nas ruas dos seus mesteres eles levantavam capelas ou igrejas para reforçarem religiosamente a sua dimensão de classe, que punham sob a protecção dum santo medianeiro conotado com o seu ofício e à volta do qual instituíam as ditas Irmandades ou Confrarias. Formavam, então, corporações “embaideiradas” ou agrupadas em torno da bandeira ou pendão representativo da respectiva corporação e do seu patrono e procuravam criar emblemas figurativos e simbólicos, que ostentavam garbosamente nas procissões públicas, mormente na festa do Corpo de Deus. Curiosamente, muitas corporações de mesterais procuraram associar às suas capelas hospitais para peregrinos e doentes, como fará mais tarde a Santa Casa da Misericórdia agregando a si pequenos hospitais ou albergues espalhados pela baixa, como os de Roca Amador, Santa Clara, Santo Cristo, S. João Baptista.

No Porto, ainda sem assistência social organizada e dentro de muralhas, conhecem-se várias associações ou corporações profissionais, de que a BPMP conserva livros de estatutos e respectivo compromisso: Ourives (Santo Elói), Ferreiros e Serralheiros (Nossa Senhora da Silva¹²), Folha de Flandres e Caldeireiros (S. Vicente e Senhora da Saúde), Latoeiros e Chapa (S. Gonçalo na Sé), Botoeiros (Santa Ana), Pedreiros e Tapeiros (Santa Luzia), Carpinteiros, Ensambladores, Tamanqueiros e Torneiros (S. José e S. Brás no Convento de S. Francisco), Pintores e Douradores (S. Lucas), Trocedores de retrós (Nossa Senhora da Conceição), Cerigueiros (Nossa Senhora da Batalha), Tanoeiros (Santo António), Pasteleiros (Nossa Senhora do Desterro), Sapateiros e Surradores, que, depois, anexou os soqueiros e tamanqueiros (S. Crispim e Crispiniano)¹³; mas havia outros mais, cujos estatutos desapareceram.

Na época moderna, o Código Administrativo de 1842 e as novas formas de associação mutualista vieram pôr em causa as confrarias tradicionais de carácter socioprofissional, principalmente as de ofícios mecânicos.

Como quer que seja, a cidade do Porto, emblematizada como “a cidade do trabalho”, deve, por certo, esse título de enobrecimento precisamente aos

¹⁰ CRUZ, António – *Os Mesteres do Porto - Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, vol. 1º, Porto, Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, 1943.

¹¹ LEÃO, Duarte Nunes de – *Leis Extravagantes Collegidas e Relatadas pelo Licencceado (...)*, 1569.

¹² FERREIRA, J. A. Pinto – *Nossa Senhora da Silva. Bosquejo histórico. O culto, a confraria, os hospitais*, Porto, Edição da Irmandade, 1967.

¹³ BPMPorto - *Catálogo dos manuscritos, 10º fascículo*, Appenso, Porto, Imprensa Civilização, 1896, 13-23.

mesteirais da Idade Média que, sobretudo na parte baixa, tinham o seu espaço de trabalho e de afirmação.

III. A Irmandade e Hospital de S. Crispim e S. Crispiniano

Dada a importância do calçado para o viver do homem, não é de estranhar a presença de numerosos sapateiros e afins no Porto medieval. Com outros profissionais do género, todos ligados ao comércio dos couros e das peles, inclusive soqueiros e tamanqueiros, bem de pressa formaram uma irmandade ou confraria alargada afim de fortalecer e cimentar as relações socioprofissionais dos respectivos membros. Ela é, sem dúvida, das mais antigas da cidade do Porto, senão mesmo a mais antiga, e conta-se entre as 8 dos séculos XII-XIII conhecidas em Portugal¹⁴. Com o tempo tornou-se a Irmandade mais numerosa, a ponto de Ribeiro da Silva apontar para o período do séc. XVI-XVII o quantitativo de três juizes da Irmandade e a recolha das avenças da Câmara os indicar como o grupo maior dos artesãos e o mais onerado¹⁵.

A protecção de S. Crispim e S. Crispiniano deve-se ao facto de estes santos irmãos romanos, cuja legenda anda um pouco romanceada, terem exercido a profissão de sapateiros antes de morrerem mártires em França. O seu culto está espalhado por toda a Europa, como protectores e advogados da profissão de sapateiro¹⁶, e ainda há bem pouco tempo vimos na catedral de Turim uma capela lateral com grande e lindíssimo painel em honra dos santos irmãos, mandado pintar no século XV pela Confraria dos Sapateiros daquela cidade italiana. Em Portugal, a Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano é conhecida em várias partes, como Lisboa, Porto, Guimarães, para não citar outras. A sua festa litúrgica celebra-se a 25 de Outubro, curiosamente, a data em que D. Afonso Henriques tomou a cidade de Lisboa aos mouros (25/X/1147). Por isso, na Idade Média, o culto destes santos foi muito incrementado e até na arte teve reflexos, como demonstra um quadro célebre. Ao celebrar-se o 5º centenário da Conquista de Lisboa aos mouros, em 1647 no auge da exaltação patriótica da Restauração, a ermida de S. Crispim e S. Crispiniano na Capital portuguesa foi ornada com duas grandes pinturas sobre tela representando uma a “Conquista de Lisboa aos mouros sob o patrocínio de S. Crispim e S. Crispiniano” e outra o “Martírio” dos mesmos santos. Essas telas, ricas pela iconografia de significado nacionalista, são de autor desconhecido, mas próximas do estilo de Gregório Antunes, e estão hoje no Museu da Cidade de Lisboa¹⁷.

¹⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz – *As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte*, “Confrarias, gremios, solieridades en la Europa medieval”, Estella, 1992, 149-183.

¹⁵ SILVA Francisco Ribeiro da – *O c*, I, 189-209.

¹⁶ MESQUITA, António – *O Officio de Çapateyro*, Município de S. João da Madeira, 1987.

¹⁷ SERRÃO, Vitor – *A pintura protobarroca em Portugal (1612-1657). O triunfo do naturalismo e do tenebrismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, 340. Cfr. CASTELO BRANCO, Fernando – *A tomada de Lisboa em Os Lusíadas*, “Revista Municipal”, n^o 134-135, Lisboa, 1972, com reprodução do quadro.

Sobre a origem e instituição da Confraria no Porto faltam documentos comprobativos, mas a acta duma reunião da mesa, ao celebrar os 500 anos, refere a data de 10 de Outubro de 1224¹⁸. Pode ter fundamento, mas não está comprovada; tomemo-la, pois, como data hipotética, mas plausível. Contudo, a Confraria já estava estabelecida quando se construiu o hospital dos Palmeiros em honra dos santos mártires Crispim e Crispiniano, cujo emblema de martírio na simbólica são precisamente as palmas. Note-se, contudo, que o nome Palmeiros também poderia derivar, e parece-me o mais certo, do nome da família dos fundadores, vinda da quinta da Palmeira em Landim, Santo Tirso. De facto, os fundadores já tinham sepultura assinalada com duas palmeiras aspadadas, defronte da capela mor do lado esquerdo de quem entrava no Mosteiro de S. Domingos.

Na realidade, temos notícia de que, no ano de 1307, Martim Vicente Barreiros e sua mulher Joana Martins juntamente com o irmão do primeiro, João Anes Palmeira, “cidadãos desta cidade que viviam na Rua da Ponte de S. Domingos” ofereceram o hospital dos Palmeiros, que tinham construído, à Confraria de S. Crispim e Crispiniano. Na Era de 1398, ano de Cristo 1350, informaram o rei D. Afonso IV de que repararam a sua casa “pera se em ella fazer huum espirital em que se os pellegrins ajam albergar o que dizem que nom podem fazer por razom das cadeas que se na dita casa aposentam”. O rei deu provimento ao pedido e ordenou que nada ali se metesse nem sequer os oficiais do hospital.

Como comprovação destes factos, existem na sala das sessões da Irmandade dois quadros sobre tela, do século XVIII, com a pintura algo ingénua dos fundadores (o homem vestido de peregrino, a mulher solenemente sentada à mesa, medindo cada 112x88 mm) e o brasão da Confraria. Note-se que a Irmandade teve duas espécies de brasões: o do livro do Compromisso, sem dúvida o mais antigo, de elmo no paquife e fundo vermelho esquartejado com os elementos falantes: 4 listeis e 1 flor de lis, tudo de ouro, bem como os raspadores. A outra espécie é representada pelo brasão pintado em folha de zinco emoldurada em madeira, que veio das instalações na Ponte de S. Domingos e se encontra na sala das sessões da Mesa, bem como pelo existente no tímpano exterior da igreja, em pedra, e ainda no arco cruzeiro interior em madeira policromada, mas estes já com a coroa real (1785). Esta espécie de brasão é partida de alto a baixo; à esquerda, sobre fundo vermelho, tem o escudo real português; à direita é repartido sobre fundo azul, mostrando na parte superior 4 listeis perpendiculares de ouro e 1 folha de lis, elementos que, na parte inferior, estão desencontrados. As duas flores de lis indicam a França, onde os 2 santos foram martirizados, e o raspador ou furador estilizado em forma de L é o emblema dos sapateiros.

¹⁸ Arquivo da Irmandade – *Actas das sessões*, N.º 5, 1924, fl. 7v.

1ª Confraria/Irmandade. Pelos Estatutos ou Compromisso, sabemos da sua orgânica e dos seus objectivos. Trata-se dum códice precioso, artisticamente elaborado, em 24 folhas de pergaminho (195x275 mm), com desenhos a ouro, começado em 20/IX/1592 e encerrado em Cabido de Irmãos e mais oficiais da Mesa a 27/IX/1592, a que se fizeram adições em papel chegando a 134 folhas. Aqui o temos solenemente exposto diante de nós como testemunho irrefragável da antiguidade desta Irmandade. Com a doação, Hospital e Confraria ou Irmandade ficaram integrados numa mesma e única unidade jurídica. Os Estatutos e Compromisso tiveram confirmação régia de 16/VII/1534, foram aprovados pela Provedoria do Porto em 10/II/1557 e confirmados pelo Bispo do Porto, D. Jerónimo de Meneses, em 11/I/1600, por ser “de gente devota e de serviço de Deus”. Por ele se ficam a conhecer os objectivos da Irmandade: reforçar os laços de solidariedade entre os artesãos da classe, estimular os actos de piedade entre os membros, enterrar os irmãos e fazer-lhes sufrágios, ao que se vieram juntar, com o hospital, as obrigações para com os peregrinos e doentes.

O Compromisso, encadernado em capa forrada de veludo carmesim com aplicações de prata vazada nos cantos, tem ao centro da capa principal um baixo relevo de prata em forma de losango, onde estão gravadas as armas da Irmandade. Compõe-se de 40 títulos e vários capítulos. Este Compromisso com os Estatutos foi revisto e actualizado em 1945, e é o que está em vigor.

A confraria, a partir de certa altura teve preocupação em haver o traslado de documentos antigos, e foi dessa maneira que em 1679 recorreu a um tabelião para lhe ler e autenticar um documento antigo apresentado pelo Prior de S. Domingos em que estava lavrada a doação do Hospital dos Palmeiros na Era de 1345, ano de Cristo 1307.

Na realidade, o espólio documental da Irmandade é grande e valioso. Contém 14 pergaminhos, 2 Tombos de propriedades de 1678-1757 e de 1742-1755; livro de títulos de 1686-1693; 4 livros de entrada de irmãos de 1758 a 1891; 15 livros de legados, de 1598 a 1897; 2 livros de orçamentos de 1891 a 1943; 21 livros de contas de 1687 a 1943; 1 livro de albergados de 1912 a 1918; 1 livro de rendimento do hospital de 1845 a 1918; 2 livros de óbitos de 1768 a 1833; 4 livros de missas de 1810 a 1901; 4 livros de exames de 1592 a 1842; 3 livros de termos e escrituras de 1741 a 1853; 4 livros de inventários desde 1727; Livro de confirmação do Compromisso de 1749; livro de transladação do compromisso de 1826; livro de Breves e Indulgências de 1875 a 1898; livro de matrículas dos irmãos de 1875 a 1898; 2 livros de correspondência recebida de 1891 a 1919; 4 livros de actas das assembleias gerais de 1772 à actualidade; 11 livros de actas das sessões da mesa administrativa de 1867 à actualidade; finalmente, os estatutos de 1945. Para outras informações, teríamos que recorrer aos livros da Câmara do Porto conservados na Casa do Infante ou Arquivo Histórico Municipal do Porto.

2º *O Hospital*. Uma exegese atenta da documentação leva-nos, sem dúvida, a identificar o Hospital dos Palmeiros com o Hospital de S. Crispim e Crispiniano ou com o Hospital dos Sapateiros, as três denominações com que aparece designado ao longo dos tempos. Este Hospital foi a base material de instalação da Confraria ou Irmandade em sede própria e foi doado a 16/II/ da Era 1345, ou seja o ano de Cristo de 1307, por documento tabeliônico lavrado no alpendre do Mosteiro de S. Domingos, onde costumavam reunir-se os sapateiros da Confraria e em cuja igreja deviam sufragar as almas dos fundadores, seus pais e irmão¹⁹. O hospital devia acolher “muytos pobres Romeyros que vão, e vem para o Senhor San Tiago, e se em elle colhem, e podem colher ao diante”.

Parece que os hospitais deste tipo e daquele tempo eram mais albergarias ou hospícios para acolher irmãos necessitados e viandantes que hospitais à moderna para tratar doentes. Constituem, porém, a prova da preocupação pela assistência durante a idade Média e mostram, desta maneira, que os crentes se anteciparam às Misericórdias na prática de acolher doentes e dar pousada aos peregrinos, conforme o ideal do Evangelho (Mt. 26, 34-46). Este hospital, “ajuntado com a dita confraria porque o hospital he pobre e não tem bens com que se governe”, devia ser regido, governado e sustentado pela Confraria, reunindo-se os irmãos no dito hospital. A sua sede, como aliás, a da Irmandade, que até aí se reunia no Convento de S. Domingos, situou-se, depois, na baixa do Porto, no gaveto das chamadas Rua da Biquinha e Rua de S. Crispim (Rua das Palmas, no século XVII), ao norte da Rua Nova de S. João, quase de frente da Rua das Cangostas de Baixo e da Rua da Ponte de S. Domingos, junto ao Convento do dito santo.

As eleições para a mesa administrativa da Irmandade (Provedor, Tesoureiro, Procurador, Escrivão e vogais) faziam-se anualmente entre os irmãos sapateiros a 10 de Janeiro, sendo logo empossados, uma vez que a Irmandade era livre e isenta. O Compromisso obrigava o Provedor a “visitar o hospital todas as noites, por amor dos peregrinos que se recolhem nele”, os quais lá podiam ficar três dias, e a outros mimos.

Quanto à administração, a documentação dá-nos conta dum conflito com os mercadores, que no hospital punham animais, depositavam coisas e lixo, pelo que se recorreu a El rei na Era de 1436, ano de Cristo de 1398, o qual determinou por carta enviada aos juizes do Porto que “nom tomem no dicto espirital nem mandem tomar nenhuma galinhas nem patos nem lenha, bestas nem palha nem outras coisas nenhuma”²⁰.

¹⁹ *Tombo*, pp. 2v-4. Transcrição tabeliônica do pergaminho apresentado pelo Prior de S. Domingos, Cfr. ADP – Convento de S. Domingos.

²⁰ *Tombo*, pp. 10.

Houve outro conflito com a Misericórdia, quando esta quis anexar o hospital dos Palmeiros, mas aí a Mesa levou a melhor, alegando a boa administração do seu hospital e a ajuda aos peregrinos de Santiago. O rei D. Manuel, que tinha sido peregrino de Santiago, rendeu-se e, por alvará de 16/V/1521, impediu a anexação²¹. O mesmo fez D. João III em 7/XII/1543.

Naturalmente, os irmãos da Irmandade tiveram de arranjar meios de subsistência, para além das esmolas ordinárias. Um conjunto de 17 pergaminhos, de 1447 a 1624, alguns transcritos no Tombo, registam doações testamentárias com dádivas de casas e propriedades, cujo rendimento veio a constituir o fundo de maneiio da administração da Irmandade e do Hospital.

O número dos associados à Irmandade, em tempos de D. Manuel, andava pelos 240 e cada um pagava dois cruzados por família ou um só se não a tinha. Havia ainda a acrescentar as multas aplicadas a quem não cumprisse as leis estipuladas faltando às festas, às missas, aos ofícios ou às cerimónias do “Corpus Christi”.

Outro rendimento provinha das cartas de exame para a profissão de sapateiro, como se depreende do Regimento dos Vedores dos Sapateiros, promulgado pela Câmara do Porto em 14/III/1511²², e de que há exemplares recentes no arquivo.

Em 1307 o Hospital tinha 2 camas e o rendimento de 300/400 reis.

Em 1521 tinha 10 camas e o rendimento de 1300/14000 reis.

As primeiras informações históricas acerca da Irmandade e Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano foram-nos transmitidas no século XVII por Fr. Manuel Pereira de Novais²³, natural do Porto, que professou no mosteiro beneditino de S. Martin El Real de S. Tiago de Compostela, escrevendo em espanhol e, no século XIX, pelo memorialista portuense Henrique Duarte e Sousa Reis, cuja obra manuscrita começou a ser publicada pela BPMP²⁴.

IV. A mudança para a Póvoa de Cima (Jardim Rainha Dona Amélia)

É esquisito que uma instituição durante muito tempo situada na baixa portuense se tenha mudado, há relativamente pouco tempo, para a parte alta e nova da cidade. Porquê, perguntarão?

Em fins do século XVIII, os Almadás (João de Almada e Melo (1703–1786) e Francisco de Almada e Mendonça (1757-1804) abraçaram com afinco o projecto de modernizar a cidade do Porto, libertando-a do apertado e estrangulador

²¹ Tombo, p.5.

²² AHMPorto – *Livro de Vereações*, 212.

²³ NOVAES, Manuel Pereira de – *Anacrisis historial del origen i fundación i antiquidad de la nobilissima ciudad de O Porto*, 2 volumes manuscritos na BPMP. A I Parte foi publicada no Porto, BPMP, 1912, 170.

²⁴ SOUSA REIS – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto*, I Volume, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1984, Fl. 60v-61, 87 (Manuscritos inéditos da BPMP, II série -3); IV Vol., 1999, 489-492 (fl. 578-581).

cerco das muralhas fernandinas²⁵. Isso levou a que, dentro desse espírito modernizador, a Câmara congeminasse em 1775 o projecto da nova Rua de S. João. Nesse sentido, propôs-se expropriar o edifício do hospital de S. Crispim, instalando-o cerca de 200 metros acima do local primitivo, o que não se realizou. Todavia, em 1794 a mesa recebia uma Provisão da Junta das Obras Públicas obrigando-a a reconstruir a capela. A benção fez-se a 16/X/1795 e o Provedor do Porto²⁶, em 13/X/1795, homologando um alvará da Rainha D^a Maria I, honorificava a instituição como “Real Irmandade”, modificando-lhe o brasão, que passava a ser encimado pela coroa real e com as armas de Portugal. A igreja, de cúpula redonda e zimbório, ficou bela e é ela que Sousa Reis descreve largamente com admiração, dizendo que o todo “se torna digníssimo de estima geral desta Cidade, que neste templo possui uma peça de muito merecimento”²⁷, e foi lá que se guardou, desde 1821 até ser depositada no Museu de Arte Sacra do Seminário Maior, a célebre imagem de Santa Ana, que o tripeiro Almeida Garrett imortalizou no “Arco de Sant’Ana”. Um desenho de Joaquim Vilanova, em 1834, permite-nos hoje ter uma vista da Capela e do Hospital.

Em 26/VIII/1872, a Câmara resolveu encanar e cobrir o Rio da Vila e fazer uma rua directa, paralela à Rua das Flores, que levasse do Largo de S. Bento das Freiras à Rua de S. João, a actual Rua de Mouzinho da Silveira, para o que convocou o definitório da Irmandade. Todavia, o projecto, tal como se vê do mapa existente na Casa do Infante ou AHMP, só foi aprovado em 17/VI/1875. Semelhante resolução desencadeou todo um processo, que fez vibrar as fibras mais profundas da sensibilidade religiosa dos membros da Irmandade, nada tendo valido os apelos e recursos. A cidade do Porto rendia-se à modernidade e os carros americanos já circulavam por ruas recentemente traçadas. Era o império do progresso sob a batuta da modernização, e, por isso, a mesa administrativa teve de acatar a imperiosa determinação do absolutismo progressista e neoliberal da Câmara. As actas das reuniões dão conta das diligências e esforços despendidos, que Germano Silva bem resumiu. Fez-se a “louvação” dos bens da Irmandade quantificados em 5.300\$000 reis. Ao fim de muitas pressões e ameaças, em 2/III/1874, a Mesa administrativa, como reza a acta, “depois de invocar, de joelhos, o Espírito Santo, os nossos padroeiros e Nossa Senhora da Natividade, resolveu fazer uma votação, lançando-se dentro duma saca as sortes; depois de bem revolidas, foi a sorte tirada por um menino de três anos que para esse fim tinha sido chamado pelo Senhor Provedor; saiu a sorte para a composição com a Câmara”. Dessa maneira, foi aceite a expropriação pela quantia de 17 contos e 640 mil réis.

Alugou-se local provisório na Rua da Bainharia 244, e com capela emprestada no palácio dos Pachecos Pereira, da Rua de Belmonte (Banco Aliança), logo

²⁵ ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, 2 vol., Porto, 1988.

²⁶ ADP – *Provedoria*, 1795, fl. 157-161.

²⁷ SOUSA REIS – *O c.*, vol. IV, 309-314 (fl. 340-347).

começaram as diligências em busca de terreno adequado, sem primeiro deixar de, em pungente cerimónia, trasladar as ossadas dos irmãos enterrados na capela para o cemitério de Agramonte (18/VIII/1875).

Rebentada e ultrapassada a cintura granítica das muralhas medievais, o Porto moderno estendia-se ao longo das estradas de saída para Braga e Guimarães. Primeiro tentou-se comprar o espaço da capela de Santo António, que se construía no Largo da Água Ardente (Praça Marquês de Pombal), mas um devoto ofereceu, quase de graça, o terreno ao cimo da Rua de S. Jerónimo, em frente do jardim da Póvoa de Cima, actual Praça Rainha D^a Amélia. O Provedor ao tempo, José Soares Júnior, arranjou a colaboração do amigo arquitecto Torres, que, “por esmola”, riscou o projecto aprovado pela Mesa (17/I/1786), que lá se foi construindo desde 1876 a 1881. Com empecilhos técnicos e dificuldades materiais enormes, não faltou a generosa contribuição de benfeitores, como testemunha, de 1875 a 1898, o livro de Matrícula dos Irmãos Benfeitores, e até o Bispo do Porto, Cardeal Dom Américo, deu um contributo de 9.000 reis. A Capela foi benzida na tarde de sábado 27/VII/1878 pelo Cónego de Cedofeita, Dr. Alves Martins, que, a 28, celebrou a primeira missa solene, com guarda de honra”, sermão, exposição do Santíssimo e “Te Deum”. Contudo, as obras de acabamento continuaram até 1886, e têm sido benemeritamente enriquecidas pelas sucessivas mesas administrativas e seus provedores.

As transformações sociais do Liberalismo e as novas formas de mutualismo fizeram com que o pequeno albergue adjacente fosse adaptado a residência do capelão, que desde 1950 é designado por Reitor. A Irmandade perdia a sua dimensão de corporação mesteiral, mas ganhava maior implantação religiosa, devocional e cultural, numa zona onde faltavam espaços religiosos, ficando a sua capela “igreja pública independente, separada da paroquial”. Com a vinda de D. Gabriel de Sousa para Capelão, de 1986 a 1999, houve um arreganho de dinamismo espiritual e pastoral criando-se o voluntarioso e jovem Coro de S. Bento, que tanto tem prestigiado a Irmandade participando em variadas actuações de música sacra. O zelo do actual Sr. Reitor, Pe. Heitor de Carvalho Vieira Pinto, deu continuidade e tem-se esmerado em limpar e embelezar a Igreja, como atestam os 4 belos vitrais dos Evangelistas²⁸ na nave e os dos 2 anjos²⁹ na fachada, postos neste ano comemorativo de 2003.

A terminar, não podia deixar de fazer um apelo aos assíduos frequentadores desta igreja para que não esmoreçam no fervor e na salvaguarda das tradições religiosas desta antiga e benemérita Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, que, vinda da baixa para a alta portuense, é um testemunho da antiga associação dos sapateiros e artes afins, ao mesmo tempo que uma venerável relíquia da Idade Média no Porto moderno, Capital da Cultura 2001.

²⁸ São obra em vidro fundido dos artistas Luís Cunha e Mónica Favério e reproduzem imagens do Códice dos Evangelistas (séc. XIII) do Mosteiro de S. Lourenço do Escorial, Espanha.

²⁹ Obra do mesmo artista, reproduz os anjos do capítulo IX do Códice do “Apocalipse de Lorvão” (séc. XII) da Torre do Tombo.